



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento

JACIRA GEMINIANA DE MACEDO

**A FORÇA DO DISCURSO PARLAMENTAR
COMO RECEPTÁCULO E PROPAGADOR
DE NEOLOGISMOS**

**Brasília
Outubro de 2006**

JACIRA GEMINIANA DE MACEDO

**A FORÇA DO DISCURSO PARLAMENTAR
COMO RECEPTÁCULO E PROPAGADOR
DE NEOLOGISMOS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como requisito parcial para a obtenção do
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientador (a): Francisca Cordélia de
Oliveira da Silva.

**Brasília
Outubro de 2006**

JACIRA GEMINIANA DE MACEDO

**A FORÇA DO DISCURSO PARLAMENTAR
COMO RECEPTÁCULO E PROPAGADOR
DE NEOLOGISMOS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como requisito parcial para a obtenção do
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientador (a): Francisca Cordélia de
Oliveira da Silva.

Brasília, ____ de _____ de 2006

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof.Dr

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Um autor, o qual não me lembro o nome, em um livro que escreveu sobre Itapetininga, cidade interiorana de São Paulo, disse que a cultura e o conhecimento servem para que, nas horas difíceis, soframos menos e, nas horas alegres, sejamos infinitamente mais felizes.

Agradeço a todos aqueles que ajudaram na construção do conhecimento e aos que ainda hoje o produzem e o disseminam. Logo, agradeço aos estudiosos, escritores, professores, a todas as instituições de ensino e, claro, ao UniCEUB. Agradeço também aos professores desta pós-graduação os momentos felizes que passei e, quanto aos difíceis, entrego-os agora consubstanciados nessa monografia. Agradeço em especial a orientadora Francisca Cordélia de Oliveira da Silva, que me fez confundir esses dois momentos antagônicos, os difíceis e os felizes, mas que, por fim, saí conhecendo mais, e mais feliz.

EPÍGRAFE

No Congresso, o pior instrumento de convencimento que existe é a lógica, porque o Congresso é muito mais emoção.

(Deputado Delfim Netto)

RESUMO

Os neologismos têm profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e seus conceitos sempre trazem como referência a mudança, a evolução, a novidade, o novo. O discurso parlamentar é uma grande fonte de neologismo porque tem em seu conjunto características que dificilmente outro meio teria para proporcionar um neologismo nascer, se apresentar e se firmar como palavra em definitivo, principalmente quanto à sua propagação, pois o volume e o fluxo quase ininterrupto de informações nos meios de comunicação de que se vale o Congresso Nacional são desproporcionais a todo e qualquer outro sistema. O objetivo deste trabalho é alertar sobre a importância de se fazer estudos mais aprofundados e de maneira contínua sobre a força do discurso parlamentar, considerando-se suas características próprias, todos os meios de comunicação de que dispõe o Congresso Nacional e o impacto que esses provocam na vida política e social.

Palavras-chave: neologismo; discurso parlamentar; meios de comunicação.

ABSTRACT

The neologism have strict connection with foreign world manifestation and your concepts always bring reference from change, the evolution, the new. The parliament discourse is a big wheel of neologism, because it has in your conjunct characteristics that hardly another way would have to propose a neologism, to present and to firm like a definitive word, first to your propagation, because the volume and the flux almost interrupt informations on the communication ways that the National Congress comes out unproportional at every and any other system. The object this work is to alert about importance to do studies more specific and which continuous modal about power's parliamentar discourse, considering then owes characteristics, all the modals of communication that The National Congress disponibilise and impact those influences in people live and at politics.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| CAPITULO 1 - NEOLOGISMOS | 11 |
| 1.1 Conceitos e visões teóricas..... | 11 |
| 1.2 Processos de formação dos neologismos..... | 17 |
| 1.3 Diferenças vocabulares..... | 20 |
| CAPITULO 2 - DISCURSO, RECEPÇÃO E PROPAGAÇÃO | 22 |
| 2.1 Vocábulo de discursos parlamentares..... | 22 |
| 2.2 Meios de recepção e propagação..... | 23 |
| CAPITULO 3 - ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS | 25 |
| CAPITULO 4 - ANÁLISE EMPREENDIDA | 27 |
| CONCLUSÃO | 35 |
| REFERÊNCIAS | 37 |
| ANEXO A | 40 |
| ANEXO B | 42 |
| ANEXO C | 45 |
| ANEXO D | 47 |

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo mostrar que os reclames populares que chegam ao Congresso Nacional são bem acolhidos por terem as estruturas funcionais do Congresso, mais propriamente o discurso parlamentar, excepcionais características que aumentam as possibilidades desses reclames serem aproveitados nos discursos. Mostra ainda que o discurso, depois de lido, é devolvido à população com a alma e pensamento popular e com a necessária dose de malícia política, pois o político, que por vezes recebe palavras desconexas, textos confusos, neologismos inimagináveis, é quem pode traduzir o sentimento popular e melhor aproveitar essas palavras “mágicas” que são os neologismos para enriquecer o seu discurso e dar-lhe a força política necessária. Sobre estas características é que se fundamentará o trabalho que ora apresento.

Serão apresentados alguns conceitos e visões teóricas sobre neologismo, processos de formação neológica, quatro vocábulos para mostrar a diversidade de seus significados, quatro neologismos retirados de discursos parlamentares, para mostrar a possível motivação da sua criação, e uma lista de meios de recepção e propagação de dados que dão suporte aos discursos parlamentares.

Existem variadas maneiras de entrada de informações no Congresso Nacional? O povo tem acesso a elas? Há uma preocupação de se tornar público o trabalho dos Parlamentares? Existem meios adequados para tal?

A metodologia adotada será a da abordagem qualitativa, que se opõe a um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

CAPÍTULO 1 - NEOLOGISMOS

1.1 Conceitos e visões teóricas

A língua se vale da criação de novos termos e de novos significados para palavras já existentes, denominados de neologismos, para atender às transformações de ordem social.

Neste capítulo, serão apresentados conceitos e visões teóricas sobre os neologismos, os processos de formação neológica, exemplos de palavras que têm vários sinônimos, exemplos de neologismos retirados de discursos parlamentares e exemplos de vários meios de comunicação no Congresso Nacional.

Segundo Carvalho (1989, p. 9), quando se fala em neologismo, temos sempre como referência conceitos como mudança, evolução, novidade, novo, criação, surgimento, inovação.

Além de testemunhar a criatividade e a imaginação fértil de seus falantes, os neologismos têm profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e as mais diversas áreas do conhecimento.

Carvalho (1989) chama neologismo formal as palavras que ainda não aparecem no verbete dos dicionários. Sob essa denominação encontram-se os casos de derivação, composição, redução, siglas, empréstimos, derivação imprópria. Encontramos também, em outros autores, a expressão neologismo lexical.

Para Carvalho (1989, p. 23), "a maneira mais simples e econômica de surgimento de uma palavra não é através de construção e sim de mudança de sentido". Ainda segundo a autora, "são conceitos novos, introduzindo novos hábitos, ou velhos hábitos vistos por um prisma diferente" (idem). Esse tipo de neologismo é chamado de neologismo conceptual ou semântico.

Para Barbosa (apud ISQUERDO; OLIVEIRA, 1998), o estudo da renovação lexical é muito importante na medida em que mostra de maneira clara as transformações pelas quais o sistema de valores compartilhados por um grupo passa.

Não é pelo fato de uma palavra ter caráter inédito que passa a ser imediatamente considerada neológica. Com efeito, há vários momentos importantes na criação do neologismo: a) o instante mesmo de sua criação; b) o momento pós-criação, que se refere à recepção, ou ao julgamento de sua aceitabilidade por parte dos destinatários, bem como sua inserção no vocabulário e no léxico de um grupo lingüístico cultural; c) o momento em que começa a dar-se a sua desneologização. Na criação lexical, devem distinguir-se duas fases: aquela que considera o neologismo no instante em que é produzido no quadro enunciativo e aquela em que é apreendido e registrado pelos falantes-ouvintes do grupo. (BARBOSA apud ISQUERDO; OLIVEIRA, 1998a, p.35).

Para Barbosa, a partir do momento em que o neologismo é criado, ele só passa a ter esse estatuto, se for usado generalizadamente a ponto de ser um vocábulo disponível para pelo menos um grupo de indivíduos e se, depois, começa a ser empregado, difundindo-se. Assim, segundo a autora, o neologismo pode completar seu percurso, perdendo a consciência de fato neológico, ou seja, pode ocorrer a desneologização. Isso vai ocorrendo na medida em que seu uso aumenta, diminuindo, portanto, seu impacto de novidade lexical.

A autora ainda chama a atenção para o fato de o conceito de neologismo ser relativo, já que pode ser analisado do ponto de vista diacrônico, diatópico, diastrático e diafásico.

Segundo a perspectiva diacrônica, o neologismo criado em determinada etapa da língua, caso não desapareça, integra-se à norma, isto é, se desneologiza. Se quisermos conhecer os neologismos de determinada época, será preciso ter como parâmetro fontes dessa época, como jornais, revistas, cartas e dicionários para confrontá-los com as de etapas posteriores.

O neologismo diatópico, segundo Barbosa, pode ocorrer das seguintes maneiras.

Um neologismo pode ser criado, por exemplo, numa única região, ficando a ela restrito. Ainda na perspectiva diatópica, pode ocorrer, que um vocábulo pertencente a uma norma regional e exclusivo dessa região, às vezes até um arcaísmo, passe para outra região, se torne conhecido nesta, onde é adotado com função neológica. Trata-se de um fenômeno comum, favorecido pelas correntes migratórias, pelo comércio ou pela difusão através da mídia, etc., como, por exemplo, no caso do vestuário, das comidas típicas, da dança. (BARBOSA apud ISQUERDO; OLIVEIRA, 1998b, p.37).

Fato semelhante acontece com o neologismo diastrático, segundo a autora. Vocábulos característicos de uma camada social ou mesmo os neologismos que já sofreram o processo de desneologização podem ser introduzidos em outra camada social, como novidade lexical, como neologismo. As causas dessa "viagem" de vocábulos são as mesmas dos neologismos diatópicos.

A respeito dos neologismos diafásicos, vejamos o que nos diz Barbosa

Algo comparável, embora mais complexo - em virtude do número de universos de discurso co-ocorrentes, sobretudo nas sociedades heterogêneas, industriais e pós-industriais - sucede na variação diafásica. Desse modo, um termo metalingüístico, técnico-científico, específico de uma ciência, onde surgiu, no passado, como neologismo específico, mas que naquele já se desneologizou, já integra a norma discursiva daquele universo de discurso, pode ser adotado noutra área de conhecimento, onde é assumido justamente por sua função neológica, para designar novo recorte; da mesma forma, vocábulos de normas técnico-científicas passam para o universo de discurso político, econômico, até para o discurso coloquial, onde são adotados como o já mencionado impacto da novidade lexical. De maneira geral, pois, um vocábulo que já se desneologizou num universo de discurso se neologiza noutro universo de discurso. (BARBOSA (apud ISQUERDO; OLIVEIRA, 1998c. 37).

Segundo Martinet (1971, p. 177),

Tudo conspira para convencer os indivíduos da imobilidade e homogeneidade da língua que praticam: a estabilidade da forma escrita, o conservantismo da língua oficial e literária, a incapacidade em que se encontram de se lembrarem de como falavam dez ou vinte anos antes.

Tal fato ocorre por dois motivos. Um deles deve-se ao fato de os elementos da língua estarem em sincronia, isto é, apresentarem-se em estado de língua onde se apreende uma estrutura. O outro decorre de o falante estar sincronizado com sua língua a ponto de não percebê-la em movimento, já que a continuidade da língua se confunde com sua própria continuidade enquanto sujeito histórico, segundo Coseriu (1979). Podemos dizer, assim, que há dinamicidade na língua que faz com que ela "se faça", "se realize" com o passar do tempo.

Deve ficar claro, contudo, que a mudança de que falamos não corresponde às que ocorrem nos seres vivos que nascem, crescem e morrem. Na verdade, como nos diz Coseriu (1979, p. 157), "os objetos culturais têm desenvolvimento histórico e não 'evolução' como os objetos naturais".

Martinet (1971, p. 177), por sua vez, acredita que

Tudo pode mudar numa língua: a forma e o valor dos monemas, ou seja, a morfologia e o léxico; a ordem dos monemas no enunciado, quer dizer, a sintaxe; a natureza e condições de emprego das unidades distintivas, isto é, a fonologia. Aparecem novos fonemas, novas palavras, novas construções, enquanto outras unidades e maneiras de dizer diminuem de frequência e caem no esquecimento.

Vemos, assim, que, nesse processo de mudança lingüística, há o que chamamos de inovação, isto é, tudo aquilo que se afasta dos modelos existentes na língua. Dependerá dos falantes da língua a aceitação, isto é, a adoção dessa inovação, fato que levará à mudança na língua. Essas fases (inovação, adoção e mudança) confundem-se pelo fato de que quando tomamos consciência da inovação ela já foi adotada pelos falantes e, portanto, já ocorreu mudança. Não se pode, contudo, chegar ao indivíduo criador da inovação nem ao momento em que ela ocorreu.

Segundo Saussure (2002), as inovações devem-se à coletividade dos indivíduos, à massa falante. Isso acontece, obviamente, devido às mudanças de ordem social que não são observadas independentemente dos indivíduos. Na verdade, as modificações sociais são feitas pelos indivíduos. Fato análogo se verifica com as mudanças lingüísticas.

Observa-se, também, que a definição de neologismo vem sempre vinculada a uma tipologia (neologismos formais, semânticos, de vocábulo, de significação, de sentido, completos, incompletos, estrangeiros, intrínsecos e extrínsecos, científicos, literários, populares). Independentemente da tipologia, o importante é notarmos que nos neologismos encontramos o verdadeiro retrato da sociedade de determinada época. Neles estão presentes novidades no que diz respeito à economia, à política, aos esportes, à arte, à tecnologia, à faixa etária.

Neologismos lexicais, segundo Henriques (2003, p. 87), "são palavras novas, isto é, não-dicionarizadas ou recém-dicionarizadas. Para caracterizá-los, deve-se tomar como referência, no caso do Português do Brasil, o léxico oficial consignado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP, mas os dicionários *Michaëlis*, *Aurélio* ou *Houaiss* também podem ser fonte de consulta".

Enfim, dessa noção de competência lingüística, aliada às entradas lexicais, depreende-se que é possível a um falante criar palavras novas, mesmo que elas ainda não existam como palavras reais. Trata-se de casos possíveis de novas palavras, apenas não utilizados, mas que podem ser acionados pela competência do falante a qualquer instante.

Portanto os neologismos são novas palavras, criadas para dar conta de novas situações, novos conceitos, fatos, objetos, assim designadas por determinado tempo. No entanto, tudo que é novo só o é durante certo período. Com as palavras, ocorre o mesmo. Passado algum tempo, se consagradas pelo uso, são incorporadas

aos dicionários e deixam de ostentar essa condição. Passam a vocábulos incorporados ao léxico. Mesmo quando as regras de formação vocabular são respeitadas, há grande resistência dos falantes em relação à adoção de neologismos. Desse modo, vemos a possibilidade de enriquecermos a língua com os neologismos. Isso nos mostra que realmente o léxico é a parte “viva” da língua, que está sempre aberta a inovações oriundas da diversidade dos seus usuários. As variações e as inovações lingüísticas ocorrem em todas as línguas. O homem muda. Nada é estático, muito menos a língua.

1.2 Processos de formação dos neologismos

Alves (1990) afirma que há processos de formação neológica: neologia fonológica, neologia sintática (derivação, composição, formação por siglas, composição sintagmática), neologia semântica, neologia por empréstimo, conversão, entre outros processos.

Dentro dos outros processos citados por Alves, encontram-se a truncação (processo pelo qual há abreviação em que uma parte da seqüência lexical, na maioria das vezes a última, é eliminada), palavra-valise (tipo de redução em que dois itens lexicais são privados de seus elementos para formarem um novo: um perdendo sua parte final e o outro, a parte inicial), reduplicação (processo pelo qual a mesma base é repetida duas ou mais vezes) e a derivação regressiva (processo em que a formação lexical resulta da supressão de um elemento, considerado de caráter sufixal).

Segundo a autora, o falante, ao criar um neologismo, tem consciência, muitas vezes, de que está inovando, gerando novas unidades léxicas. Isto ocorre tanto com os processos de formação vernácula quanto com os estrangeirismos. A sensação de neologia é traduzida graficamente pelo uso de aspas, pelas letras maiúsculas e pelo uso de itálico, recursos que ajudam a realçar a inovação no léxico. Quanto ao estrangeirismo, o fato de ele ser traduzido revela que o falante percebeu o caráter neológico dessa forma não-vernácula.

A idéia de neologia é tão clara para os falantes que compêndios de língua, gramáticas e similares apresentam listas de neologismos como a que segue abaixo, a título de exemplo.

Grafam-se normalmente, sem aspas — alguns já consignados no novo dicionário da Academia Brasileira de Letras: clientelista, compatibilização, complessivo, complexivo, compulsoriedade, concorrencial, conflitivo, conclusivo, contingenciar, defenestrar, degravar, degravação, dekassegui, deletar, denunciismo, desabastecer, desbalancear, desbalanceador, desbravamento, descontingenciamento, descontingenciar, descriminalizar, desfiliar-se, desintrusão, desmotivação, desmotivar, despoupança, despoupar, ecologismo, elencar, elitizar, enrolação, eqüipotência, scanear, escorchante, estatizadores, estetizar, estradal, eternização, exitoso, externalidade, financeirizar, financeirização, fisicultor, fragilização, fragilizar, fulcral, gestar, gestionar, gradualismo, heveicultura, impactar, includente, informalização, infringência, inobstante, instrumentalização, instrumentalizar, internalização, interveniência, isolacionismo, laboral, legiferante, letramento, mandatário, maracutaia,

marqueteiro, modernizante, modularização, modularizar, monetarizar, monolitismo, moveleiro, nominar, nominado, normatizado, oficialista, operacionalidade, oportunização, pacotaço, partidarização, partidarizar, patrimonialismo, pauperização, pelenga, peletização, penalização, perenização, periculoso, pistolagem, pomerano, potencializador, precarização, precarizar, prejudicialidade, preservacionista, privatista, privatismo, privatista, propagandear, propositivo, protetivo, provisionamento, quadripartite, problematização, propagandístico, radicalidade, reaparelhamento, redirecionamento, redistributivo, redivisão, regimentalidade, regimentalismo, regimentalista, regressividade, regulamentador, regulatório, relativizar, renumerar, secundarizar, securitizar, securitização, socializante, sucatear, superdimensionar, tecnificação, tecnoburocrata, terminalidade, transgênico, verticalização, vocacionado, vocacionar.

Alguns devem ser grafados entre aspas, por não serem tão comuns:

"neobobos", "olhômetro", "fracassomaníacos" "pilantropia", "pilantrópico" etc.¹

Para Alves (1990, p. 84) no que diz respeito à inserção do neologismo no dicionário, não basta a criação do neologismo para que ele se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. É, na verdade, a comunidade lingüística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não difusão, que decide sobre a integração dessa nova formação ao idioma.

¹ Essa listagem foi retirada da apostila do curso Língua Portuguesa para Taquígrafos, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento — CEFOR, da Câmara dos Deputados, 1998.

Se o neologismo for bastante freqüente, é inserido em obras lexicográficas e considerado como parte do sistema lingüístico. Ocorre, no entanto, que há certa arbitrariedade no que se refere ao modo de agir dos lexicógrafos. Muitas vezes, termos muito usados são esquecidos e aqueles pouco difundidos fazem parte de seus dicionários. Apesar disso, essas obras lexicográficas são os parâmetros disponíveis para tomarmos conhecimento se um item léxico pertence ou não ao acervo lexical de uma língua.

1.3 Diferenças vocabulares

No caso de um país de extensão continental como o Brasil, há muitas diferenças quanto ao uso vocabular de determinadas palavras. Vejamos três vocábulos com seus respectivos sinônimos e significados.

1) Papagaio, arraia, pandorga, pipa, cafifa: brinquedo que consiste em armação de varetas de bambu, ou de madeira leve, coberta de papel fino, e que, por meio de uma linha, se empina, mantendo-se no ar.

2) Tangerina, bergamota, laranja-cravo, laranja-mimosa, mandarina, mexerica: fruta cítrica de cor alaranjada e sabor

adocicado, originária da Ásia, China, Índia e países vizinhos de clima sub-tropical e tropical úmido.

- 3) Sutiã, corpete, corpinho, porta-seios, sustenta-seios, califom: roupa íntima feminina destinada a sustentar ou modelar os seios.

CAPÍTULO 2 - DISCURSO, RECEPÇÃO E PROPAGAÇÃO

2.1 Vocábulos de discursos parlamentares

Os vocábulos que serão apresentados são para exemplificar como que o surgimento de um neologismo está diretamente ligado a circunstâncias sociais, que rapidamente entram para o vocabulário dos Parlamentares e são divulgados vastamente pelos meios de comunicação, especialmente do Congresso Nacional.

Apagão

O apagão foi o termo criado pela imprensa brasileira para a crise energética ocorrida no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001 e 2002, talvez baseado na expressão cubana *apagón*, que designa as quedas de energia elétrica tão freqüentes naquele país, que vive duradoura crise energética. No início da crise levantou-se a hipótese de que talvez fossem necessários grandes cortes forçados de energia em todo Brasil. A esses cortes forçados deu-se o nome de apagão. A oposição falava que "iriam ocorrer apagões nas cidades". Com o passar do tempo, esta possibilidade foi descartada, entretanto o termo ganhou grande popularidade, e acabou denotando toda a crise energética, e não apenas os eventuais cortes forçados.²

Mensalão

O termo mensalão entrou definitivamente para o vocabulário político e cotidiano do país com a entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à *Folha*, quando contou pela primeira vez sobre suposto esquema de pagamentos mensais a Deputados do PP e do PL, no valor de R\$ 30 mil. O neologismo mensalão é uma variante da palavra mensalidade usada para se referir a uma suposta mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.³

²Disponível em: < Pt.Wikipedia.org/wiki/Escândalo_do_apagão 13k>. Acesso em: 13 de julho de 2006.

³Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70256.shtml>> Acesso em: 13 Julho de 2006.

Propinódromo

Metodologia para se comprar Parlamentares, comprar votos, comissões, fazer negócios sujos na administração pública do país.

Valerioduto

Esquema de dinheiro para Parlamentares aliados ao governo montado pelo publicitário Marcos Valério e pela cúpula do PT.

2.2 Meios de recepção e propagação

Tornar público o trabalho dos Parlamentares, especialmente nas sessões plenárias e nas comissões técnicas, é desafio diário da equipe de profissionais das Secretarias de Comunicação do Congresso Nacional, cujo objetivo é ampliar as possibilidades de participação da sociedade no processo legislativo, criando meios para que haja interação entre o cidadão e o Parlamento.

Essa interatividade, eminentemente democrática, evidencia-se no Parágrafo Único do art. 1º da Constituição Federal, em que diz que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, e no Regimento Comum do Congresso Nacional, art. 4º, cap. 1, Título II, do Ato da Mesa nº 2, de 1992, que institui a composição do Conselho de Comunicação Social:

- a)** um representante das empresas de rádio;
- b)** um representante das empresas de televisão;
- c)** um representante de empresas da imprensa escrita;
- d)** um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social;
- e)** um representante da categoria profissional dos jornalistas;
- f)** um representante da categoria profissional dos radialistas;
- g)** um representante da categoria profissional dos artistas; e
- h)** um representante das categorias profissionais de cinema e vídeo.

Outros meios de comunicação de acesso aos Parlamentares que lhes possibilitam o acréscimo de dados, tais como neologismos e palavras desconhecidas ou não, que abastecem o discurso político que surge da experiência do próprio Parlamentar somado aos reclames de seus representados: disque-Câmara - 0800 619619, Alô Senado - 0800 612211, fax, cartas, seminários, comícios, showmícios, anais, passeatas, livros, revistas, telefones, e-mails, celulares, internet etc.

CAPÍTULO 3 - ANALISE QUALITATIVA DE DADOS

Esta monografia tem por objetivo mostrar que a força do discurso parlamentar como receptáculo e propagador de neologismo é devido ao grande número de meios de comunicação de que dispõem os Congressistas.

A coleta de dados foi feita por meio da experiência no trabalho cotidiano no plenário e no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, acompanhamentos pela *TV Senado* e *TV Câmara* de discursos parlamentares, noticiários sobre os Parlamentares nos jornais, Internet, rádio, revistas, entrevistas e debates de Parlamentares nas comissões técnicas do Congresso, documentários, vídeos entre outros.

As questões serão analisadas por meio da pesquisa qualitativa, que não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão, exprimindo o que convém ser feito. A abordagem qualitativa se opõe a um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.

São características da pesquisa qualitativa a objetivação do fenômeno, hierarquização das ações descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno, observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural, respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos, busca de resultados os mais fidedignos possíveis, oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

CAPITULO 4 - ANÁLISE EMPREENDIDA

A FORÇA DO DISCURSO PARLAMENTAR COMO RECEPTÁCULO E PROPAGADOR DE NEOLOGISMOS.

Segundo Carvalho (1987, p. 9), quando se fala em neologismo, temos sempre como referência conceitos como mudança, evolução, novidade, novo, criação, surgimento, inovação.

Além de testemunhar a criatividade e a imaginação fértil de seus falantes, os neologismos têm profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e as mais diversas áreas do conhecimento.

Para Barbosa, o estudo da renovação lexical é muito importante na medida em que mostra de maneira clara as transformações pelas quais o sistema de valores compartilhados por um grupo passa e que, a partir do momento em que o neologismo é criado, ele só passa a ter esse estatuto se for usado generalizadamente a ponto de ser um vocábulo disponível para pelo menos um grupo de indivíduos e se, depois, começa a ser empregado, difundindo-se. Assim, segundo a autora, o neologismo pode completar seu percurso, perdendo a consciência de fato neológico, ou seja, pode ocorrer a desneologização. Isso vai ocorrendo na medida em que seu uso aumenta, diminuindo, portanto, seu impacto de novidade lexical.

Segundo Martinet (1971, p. 177),

Tudo conspira para convencer os indivíduos da imobilidade e homogeneidade da língua que praticam: a estabilidade da forma escrita, o conservantismo da língua oficial e literária, a incapacidade em que se encontram de se lembrarem de como falavam dez ou vinte anos antes.

Tal fato ocorre por dois motivos. Um deles deve-se ao fato de os elementos da língua estarem em sincronia, isto é, apresentarem-se em um estado de língua onde se apreende uma estrutura. O outro decorre de o falante estar sincronizado com sua língua a ponto de não percebê-la em movimento, já que a continuidade da língua se confunde com sua própria continuidade enquanto sujeito histórico, segundo Coseriu (1979).

Podemos dizer, assim, que há dinamicidade na língua que faz com que ela "se faça", "se realize" com o passar do tempo.

Ainda segundo Martinet (1971),

Tudo pode mudar numa língua: a forma e o valor dos monemas, ou seja, a morfologia e o léxico; a ordem dos monemas no enunciado, quer dizer, a sintaxe; a natureza e condições de emprego das unidades distintivas, isto é, a fonologia. Aparecem novos fonemas, novas palavras, novas construções, enquanto outras unidades e maneiras de dizer diminuem de freqüência e caem no esquecimento.

Vemos, assim, que, nesse processo de mudança lingüística, há o que chamamos de inovação, isto é, tudo aquilo que se afasta dos modelos existentes na língua. Dependerá dos falantes da língua a aceitação, isto é, a adoção dessa inovação,

fato que levará à mudança na língua. Essas fases (inovação, adoção e mudança) confundem-se pelo fato de que, quando tomamos consciência da inovação, ela já foi adotada pelos falantes e, portanto, já ocorreu mudança. Não se pode, contudo, chegar ao indivíduo criador da inovação nem ao momento em que ela ocorreu.

Portanto os neologismos são novas palavras, criadas para dar conta de novas situações, novos conceitos, fatos, objetos, assim designadas por determinado tempo. Passado algum tempo, se consagradas pelo uso, são incorporadas aos dicionários e deixam de ostentar essa condição. Passam a vocábulos incorporados ao léxico. Mesmo quando as regras de formação vocabular são respeitadas, há grande resistência dos falantes em relação à adoção de neologismos.

As palavras papagaio, tangerina e sutiã, por exemplo, constam no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Porém, seus sinônimos são quase exclusivamente só usados em determinadas regiões ou por conterrâneos desta. Apesar de serem sinônimos, vizinhos em um mesmo verbete, têm menos intimidade entre si do que se fossem palavras antagônicas, pois essas estabelecem relação de oposição umas com as outras. Quando ouvidas por não conterrâneos, elas não fazem nenhum sentido para estes, que podem até pensar que se trata de neologismo. Isso mostra que uma palavra, mesmo constante do VOLP, pode não ter força nacional. Para tal precisaria ter tido um momento e um suporte forte quando da sua criação, como ocorre com os discursos parlamentares que têm todos os suportes possíveis e de estupenda força de propagação.

O registro histórico dos motivos que levaram à criação de uma nova palavra é importante não só para esclarecer seu significado como também para fazer com que o usuário dessa informação entenda mais profundamente o assunto e seu momento político, como veremos nos exemplos abaixo de trechos retirados de discursos parlamentares.

(1) "Como corolário da equivocada decisão do Governo anterior de impedir a participação das empresas do setor elétrico incluídas no Programa Nacional de Desestatização - aí compreendida boa parte das grandes geradoras de eletricidade -, aliada à extrema dependência de seus potenciais hídricos para a geração de energia elétrica, e a seguidos anos de chuvas escassas, como não se via em mais de setenta anos, viu-se o País na contingência de enfrentar abruptos cortes no fornecimento de energia elétrica, popularizados sob o nome de **apagão**." (Anexo A).⁴

Apagão foi o termo criado pela imprensa brasileira para a crise energética ocorrida no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001 e 2002. No início da crise, levantou-se a hipótese de que talvez fossem necessários grandes cortes forçados de energia em todo Brasil. A oposição falava que "iriam ocorrer apagões nas cidades". Com o passar do tempo, essa possibilidade foi descartada, entretanto o termo ganhou grande popularidade e acabou denotando toda a crise energética e não apenas os eventuais cortes forçados.

⁴ Disponível em: <http://intranet.camara.gov.br/internet/sitaq_web/texto.html.asp?etapa=5n_sucessão=8>. Acesso em 20 de julho de 2006.

(2) “Estamos prontos para aprovar esse requerimento e instalar, na Câmara dos Deputados, a CPI do chamado **mensalão**, o suposto pagamento de mesada a Deputados de dois partidos que foram denunciados. Isso precisa, evidentemente, ser esclarecido, a bem dessas Bancadas, a bem do Parlamento, a bem do contribuinte e da sociedade brasileira, com todo o rigor.” (Anexo B)⁵

O termo mensalão entrou definitivamente para o vocabulário político e cotidiano do país com a entrevista do Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à *Folha*, quando contou pela primeira vez sobre um suposto esquema de pagamentos mensais a Deputados do PP e do PL, no valor de R\$ 30 mil. O neologismo mensalão é uma variante da palavra mensalidade usada para se referir a uma suposta mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.

(3) “Sabem todos que houve realmente unanimidade na votação, nas duas Casas, em relação à extinção desse mecanismo de subsídio da convocação extraordinária, embora saibamos todos que, certamente, muitos parlamentares - os R\$10.000,00 da primeira parcela da convocação extraordinária são nada diante do que eles ganham naquele negócio sujo que V. Ex^a, corajosamente, disse aqui, Senador Augusto Botelho -, que são da base de bajulação do Governo ganham milhões com a liberação de verbas das emendas do Orçamento, porque, ao terem as emendas orçamentárias liberadas, eles já estão lá participando do **propinódromo** das empreiteiras e construtoras para pegarem os recursos vindos desse mecanismo.” (Anexo C)⁶

Propinódromo é o termo utilizado quando da compra de Parlamentares, votos, comissões, enfim, na feitura de negócios sujos na administração pública do país. Os primeiros registros datam por volta de 2002 e não foi encontrado nenhum dado de como surgiu.

⁵ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=355622>>. Acesso em 20 de julho de 2006.

⁶ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=359551>>. Acesso em 20 de julho de 2006.

(4) “Há dinheiro público em jogo, nesse esquema alimentado pelo **valerioduto** para ajudar nas campanhas eleitorais, para comprar Parlamentares nesta Casa e garantir assim a aprovação de projetos que interessavam ao grande capital, ao qual Lula se submeteu, mas também para alimentar a campanha das alianças montadas pelo PT nos Municípios, com candidatos do PP de Maluf, na última eleição municipal, e também com candidatos do PSDB, do PFL, do PL.” (Anexo D)⁷

Valerioduto foi o nome dado ao esquema de dinheiro de Parlamentares aliados ao governo montado pelo publicitário Marcos Valério e pela cúpula do PT.

Além de escolher seus representantes, o cidadão tem o direito de acompanhar e de fiscalizar, sem restrições, as atividades dos candidatos eleitos.

A possibilidade de que qualquer pessoa possa conferir diretamente na fonte, ao vivo, a atividade parlamentar, é fator de aprimoramento do sistema democrático e do processo legislativo, uma vez que esse acompanhamento induz a uma maior qualidade das decisões políticas.

Diante do exposto, realmente pode-se dizer que o discurso parlamentar é diferenciado das demais fontes de neologismo registradas pelos autores que tratam do tema. Este tem em seu conjunto características que dificilmente outro meio a suplante em qualidade ou quantidade para fazer um neologismo nascer, se apresentar e se firmar como palavra em definitivo.

⁷ Disponível em: <<http://intranet.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=>>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

Mesmo existindo muitos meios de se encaminhar mensagens ao Congresso Nacional, quase que todas elas acessíveis aos cidadãos comuns, apenas uma ínfima parte participa dos momentos políticos enviando suas opiniões aos Parlamentares. Mesmo assim, o número de entradas e saídas de informações que chegam diariamente ao Congresso é algo que fisicamente se torna impossível de sequer serem lidas, quanto mais analisadas. Mas se apenas uma mensagem for contemplada, ou uma única palavra que seja, quiçá um neologismo, em um discurso, essa passará necessariamente a atingir a todos os cidadãos do país, quer esses tenham contribuído ou não no envio de dados ao Congresso. Atinge a todos porque, quando da leitura de um discurso, este é simultaneamente taquigrafado e, logo em seguida, digitado, revisado e disponibilizado mundialmente *on line* via Internet para a mídia escrita, falada, televisiva ou a quem interessar, em média, 30 minutos após o pronunciamento do Parlamentar no plenário, além de poder ser transmitido instantaneamente pelas televisões e rádios do Congresso Nacional e por outras emissoras de fora, quando essas têm interesse direto no assunto. É nesse momento que fica quase impossível o assunto tratado passar despercebido, pois a força desses meios de comunicação é de tal magnitude que, mesmo que não sejam previstos na rigidez das leis da física, são verdades incontestáveis pelo volume e freqüência que se verificam diariamente, minuto a minuto e no âmbito nacional.

Quando um problema social está em questão, um cidadão comum, mesmo que fosse dono de uma emissora de televisão, jornal, revista ou de outros veículos, após ter uma idéia, não poderia enviá-la aos Parlamentares na mesma velocidade e volume que centenas de rádios, jornais, revistas e televisões o fazem no

sentido contrário. Fica claro que volume e o fluxo quase ininterrupto de informações nesses meios de comunicação de que se vale o Congresso Nacional são desproporcionais a todo e qualquer sistema de propagação de informações, pois o Parlamento as tem todas e a custo zero, considerando-se que são os contribuintes que pagam as contas.

Conclui-se com isso o invejável e incomensurável poder do discurso parlamentar, quer na captação de dados, quer na explosão de informações direcionadas aos cidadãos.

Se para qualquer nascituro é antecipadamente desejado um batismo e um padrinho, o neologismo não pode ter melhor batismo que dentro de um discurso parlamentar e mais forte padrinho que as estruturas de divulgação do Parlamento Nacional.

CONCLUSÃO

O discurso parlamentar é diferenciado dos demais discursos, principalmente em relação aos neologismos, por ter um conjunto de meios de comunicação a seu dispor, todos com grande força qualitativa, tornando-o dono de invejáveis possibilidades a mais que os outros nas duas fases vitais do neologismo: nascer e ser amplamente exposto ao público.

Nota-se uma lacuna grave em relação a esse tema que de maneira geral seria “A força do discurso parlamentar”, independentemente de se abordar aqui a relação entre este e os neologismos. Não se achou bibliografia nem textos pinçados de outros trabalhos sobre a força do discurso parlamentar simplesmente ou dessa em relação aos neologismos por autores conhecidos ou não.

Foi verificada na prática, por meio do Regimento Comum do Congresso Nacional, a existência dos meios receptores, garantidores da acessibilidade do povo em se manifestar junto ao Parlamento. Também, da mesma forma, a propagação foi mais ainda evidenciada.

Apesar de todos os cidadãos serem atingidos pelas decisões políticas, poucos são os que se manifestam por meio das inúmeras possibilidades de acesso disponíveis no Congresso, sendo que tudo o que sai do Parlamento é direcionado a todos, independentemente de terem ou não se utilizado delas.

Conclui-se que o estudo desse tema, de forma mais apurada, sistemática e contínua, se faz necessário, pois saber graduar a força de qualquer elemento, quer político, físico ou de outras tantas áreas, é no mínimo uma questão de coerência. Neste caso específico, a força do discurso parlamentar e a força em si de um neologismo são tão descomuns em comparação com outros tipos de discursos e de vocábulos que não podem ser tratados de maneira igual. Se assim for, o resultado esperado pode se catastrófico, pois, em retórica, o simples fato de entonação diferenciada já é fator suficiente para se fazer de um aliado um inimigo aguerrido. Em determinados casos, isso pode ser evitado quando se conhece a força e o uso dessas ferramentas de comunicação. Usá-las sem critérios é negligência retórica e pode vir a ser um suicídio político.

Verificou-se a dificuldade em se achar trabalhos sobre a força do discurso Parlamentar, o que nos leva a entender ser esse o motivo da não-compreensão clara da importância desse como receptor e propagador de neologismos.

Portanto, taquígrafos, revisores e imprensa precisam ter a consciência da importância de se manter o discurso tal qual foi proferido, mesmo carregado de imperfeições, pois somente quem o faz sabe os verdadeiros motivos por que assim os fez. Deve-se ter toda a atenção e cuidado no trato das palavras no discurso. Não se pode quer corrigir a avaliação errônea que um Parlamentar fez, ou um acerto inesperado que, sem querer, esse cometeu, pois seus acertos serão pontos a favor e seus erros, munição para seus adversários. Não cabe a esses transmutarem os fatos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BASÍLIO, Margarida. *Teria Lexical*. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa como texto, imagem e som*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BRAIT, Beth. *Elocução formal: o dinamismo da oralidade e as formalidades da escrita*.

In: PRETI, D. (org.) *Estudos de língua falada*. São Paulo: Editora Humanitas, 1999.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. DETAQ. Notas taquigráficas. Disponível em:

[http:// intranet.camara.gov.br/internet/sitaq_web/texto_html.asp?etapa=5n sucessão=8](http://intranet.camara.gov.br/internet/sitaq_web/texto_html.asp?etapa=5n_sucessão=8).

Acesso em: 20 de julho de 2006.

BRASIL. CONGRESSO. *Regimento Comum: Resolução nº 1, de 1970-CN, com alterações posteriores até 2002: Legislação conexa. – Reimpressão. – Brasília: Congresso Nacional, 2004. 226 p.*

BRASIL. SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. Pronunciamentos. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?> Acesso em: 20

de julho de 2006.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos Lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, Diacronia e História*. Rio de Janeiro: Presença/EdUSP, 1979.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. 15. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

Entenda o mensalão. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70256.shtml-25>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

Escândalo do apagão. Disponível em: < Pt.Wikipedia.org/wiki/Escândalo_do_apagão_13k>.

Acesso em: 20 de julho de 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Tradução de: Discourse and social change.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLICK Uwe. *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.

FRANÇOZO, E.; COELHO, O. B.; LIMA, M. L. C. *Saudades da língua: a lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP/Eleonor Albano...[et al.] orgs.* – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

FROMKIN, V. E RODMAN, R. *Language An Introduton to Language*. 3. ed. Holt, Rinehard and Winston, Inc. Trad. CASANOVA, I. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

HENRIQUES, Claudio Cezar (Org.). *Morfologia portuguesa em perspectiva sincrônica: teoria e prática*. Rio de Janeiro, 2003, p. 87 (mimeo).

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida & OLIVEIRA, Ana Maria (Org.). *As Ciências do Léxico*. Mato Grosso do Sul: UFMS, 1998.

MARTINET, André. *Elementos de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1971.

MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo-SP: Contexto, 2003.

PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Lucerna, 2005.

PRETI, D. (Org.) *Estudos de língua falada*. São Paulo-SP: Humanitas, 1999.

VIARO, M. E. *O nascimento das palavras*. Revista *Discutindo Língua Portuguesa*. São Paulo, ano 1, nº 3, p. 55-56, 2006.

Normas para elaboração de monografias dos cursos de pós-graduação lato sensu. Centro Unificado de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2005.

Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ANEXO A: Discurso do Parlamentar 1

(1) (PPB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante nossa vida, muitas vezes nos deparamos com acontecimentos inusitados ou, pelo menos, de explicação nem sempre muito óbvia.

Às vezes, chega a ser tal nosso estranhamento que nos sentimos inibidos de indagar os porquês de tal ou qual situação que nos incomoda.

Porém, quando estamos investidos pela responsabilidade de um mandato de representação popular e nos cumpre zelar pela correta gestão do patrimônio público, não nos podemos acanhar perante fatos insólitos; devemos, isso sim, ao primeiro sinal de estranheza, perguntar sempre o porquê?

Em tempos passados, já dizia o célebre político maranhense Vitorino Freire que, se vissemos um jabuti em cima de uma árvore, "foi por enchente, ou por mão de gente", já que esse animal não tem, entre seus hábitos, o da escalada de árvores. Essa citação nos vem à memória ao examinarmos um assunto dos mais graves, no contexto da atual crise do setor elétrico nacional: o da contratação de capacidade de geração emergencial de energia elétrica.

Como corolário da equivocada decisão do Governo anterior de impedir a participação das empresas do setor elétrico incluídas no Programa Nacional de Desestatização - aí compreendida boa parte das grandes geradoras de eletricidade -,

aliada à extrema dependência de seus potenciais hídricos para a geração de energia elétrica, e a seguidos anos de chuvas escassas, como não se via em mais de setenta anos, viu-se o País na contingência de enfrentar abruptos cortes no fornecimento de energia elétrica, popularizados sob o nome de **apagão**.

Esse tão temido apagão, que poderia desestruturar completamente a vida econômica nacional e levar-nos à beira do caos somente foi evitado pela compreensão e patriotismo do povo brasileiro que, em vez do comportamento comodista de nada fazer e de "pagar para ver" preferiu abrir mão, ainda que temporariamente, de alguns confortos proporcionados pelo uso abundante da energia elétrica, de forma a preservar, na medida do possível, o bem-estar geral e a continuidade do desenvolvimento nacional.

ANEXO B: Discurso do Parlamentar 2

(2) (Bloco/PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) -
Eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, debater um pouco o cenário político e a situação em que se encontra o Senado Federal.

Nós instituímos uma CPMI para apurar as denúncias dos Correios: 1 hora e 54 minutos de gravação de um indivíduo que colocava R\$3 mil no bolso e descrevia os esquemas de corrupção na instituição. A CPMI foi instalada, começou a ouvir os depoentes. Tenho certeza de que os fatos todos serão apurados. Mais de uma centena de requerimentos aprovados, convocação de testemunhas, quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, todos os contratos e licitações, sindicâncias, todas as informações serão associadas ao trabalho da CPMI e, junto com o esforço da Polícia Federal, do Ministério Público, seguramente, nós teremos o esclarecimento necessário, identificar os ilícitos e punir os responsáveis.

Da mesma forma, tivemos denúncia de compra de votos na Câmara dos Deputados. Não é um fato novo na vida do Parlamento brasileiro. Em outros momentos da história, tivemos denúncias semelhantes, mas é igualmente muito grave. Por isso, nós estamos defendendo que seja feita uma CPI na Câmara dos Deputados. O requerimento foi apresentado à Mesa da Câmara e há um requerimento de urgência para ser votado em plenário, assim que for encerrada a votação da MP do salário mínimo; falta apenas mais uma medida provisória que trata do Timemania, que é uma forma de contribuir para melhorar as finanças dos clubes de futebol no País, sobretudo

o atraso no pagamento dos encargos previdenciários. Estamos prontos para aprovar esse requerimento e instalar, na Câmara dos Deputados, a CPI do chamado **mensalão**, o suposto pagamento de mesada a Deputados de dois partidos que foram denunciados. Isso precisa, evidentemente, ser esclarecido, a bem dessas Bancadas, a bem do Parlamento, a bem do contribuinte e da sociedade brasileira, com todo o rigor.

Em função desse quadro, ontem eu me encontrava com alguns líderes da Oposição na sala da Presidência do Senado Federal e expressei a minha posição, com bastante transparência e franqueza, como é o meu estilo. Disse que achava absolutamente improcedente que fosse constituída uma CPI mista ou que fosse feita uma CPI no Senado, como era intenção originária, ou mesmo que se levasse esse episódio para a CPMI dos Correios, porque CPI tem de ser por fato determinado. A minha preocupação fundamental é que, quando tratamos de decoro parlamentar, é a Casa envolvida que tem de investigar. Já disse isso repetidas vezes neste plenário. O que estamos vendo, nesse momento, é uma denúncia que diz respeito ao mandato de Deputados. Os Senadores não devem investigar ou apurar fato de decoro parlamentar relacionado a Deputados. Isso cria um problema institucional, mesmo porque quem vota ou não eventual cassação, ou afastamento, ou qualquer tipo de punição a Deputado são exclusivamente os Deputados. Não diz respeito ao Senado Federal. Ao dizer isso, comecei a arrolar, na lista da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, os parlamentares que estavam... Diz-se que é uma centena, que é um terço, que são seis, que são dez, enfim, que não é ninguém. Isso tem de ser investigado e apurado.

Eu falei: "Como vamos trazer essa pauta para o Senado Federal?" E mencionei alguns parlamentares daquela lista na linha de que os depoimentos eram improcedentes. Isso não é tarefa do Senado.

ANEXO C: Discurso do Parlamentar 3

(3) (P-SOL - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabe o Senador Lobão que tributo a ele minhas homenagens por sua generosidade, porque foi uma mão amiga em um dos momentos mais difíceis da minha vida, com o meu filho doente aqui em Brasília.

Portanto, Senador Lobão, devo tributar a V. Ex^a minha gratidão por sua generosidade.

Sr. Presidente, ontem, nós do P-SOL tivemos a oportunidade de encaminhar, tanto ao Presidente do Senado como ao Presidente da Câmara, um documento solicitando um parecer - que certamente será dado pelas Mesas das Casas e pela advocacia das duas Casas - sobre a possibilidade de recebimento da segunda parcela da convocação extraordinária.

Sabemos todos nós que há gente honesta e gente demagoga ou corrupta nas três situações: entre os que devolveram, há gente honesta e gente ou demagoga ou corrupta; entre os que doaram, também há gente honesta e gente ou demagoga ou corrupta; entre os que embolsaram, também. Não tenho dúvida: conheço pessoas aqui da Casa que sei são honestas e resolveram não devolver, do mesmo jeito que há os corruptos que embolsaram também o recurso.

Evidentemente, a classificação em relação a isso gera uma polêmica muito grande, muito especial, mas o Congresso Nacional, pela pressão da grande maioria do povo brasileiro, resolveu extinguir e rediscutir a questão das férias.

Sabem todos que houve realmente unanimidade na votação, nas duas Casas, em relação à extinção desse mecanismo de subsídio da convocação extraordinária, embora saibamos todos que, certamente, muitos parlamentares - os R\$10.000,00 da primeira parcela da convocação extraordinária são nada diante do que eles ganham naquele negócio sujo que V. Ex^a, corajosamente, disse aqui, Senador Augusto Botelho -, que são da base de bajulação do Governo ganham milhões com a liberação de verbas das emendas do Orçamento, porque, ao terem as emendas orçamentárias liberadas, eles já estão lá participando do **propinódromo** das empreiteiras e construtoras para pegarem os recursos vindos desse mecanismo.

Então, esse negócio de R\$10.000,00, R\$20.000,00, é insignificante para eles, porque a promiscuidade na relação Palácio do Planalto e Congresso Nacional, seja no Governo Fernando Henrique, seja no Governo Lula, é a mesma, e os bandidos continuam ganhando muito mais, impunemente.

ANEXO D: Discurso do Parlamentar 4

(4) (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros trabalhadores, infelizmente, o que vem do Conselho de Ética é o que esta Casa seguidamente tem feito: a absolvição dos mensaleiros - e aqui, claramente, num acordo entre PP e PT, o PP de Maluf e o PT de Lula, para absolver Vadão Gomes. O Partido dos Trabalhadores, como aconteceu anteriormente no plenário desta Casa, absolveu Parlamentares de outros partidos em troca da absolvição de Parlamentares do PT. Isso mostra claramente a lógica da ética desta Casa, ou melhor dizendo, da falta de ética.

Os companheiros Chico Alencar, Orlando Fantazzini e outros renunciaram às suas cadeiras no Conselho de Ética porque os pareceres ali emitidos são constantemente derrotados nesta Casa. Então o PT preencheu as vagas dos Deputados Chico Alencar e Orlando Fantazzini, assim como as de Deputados de outros partidos. A partir daí, em vez de voto secreto, o Conselho de Ética decidiu abertamente pela absolvição do Deputado Vadão Gomes. Portanto, não é de estranhar a postura do Conselho de Ética, que agora apóia essa aliança montada pelo Partido dos Trabalhadores para livrar seus corruptos votando favoravelmente ao Deputado Vadão Gomes. Obviamente, trata-se de um grande acordo montado pelos partidos envolvidos, capitaneados pelo PT, principalmente para que seus corruptos sejam protegidos; isso está mais do que claro para a sociedade, que só espera do Plenário desta Casa a

rejeição desse parecer do Conselho de Ética que absolve o Deputado mensaleiro Vadão Gomes.

Há dinheiro público em jogo, nesse esquema alimentado pelo **valerioduto** para ajudar nas campanhas eleitorais, para comprar Parlamentares nesta Casa e garantir assim a aprovação de projetos que interessavam ao grande capital, ao qual Lula se submeteu, mas também para alimentar a campanha das alianças montadas pelo PT nos Municípios, com candidatos do PP de Maluf, na última eleição municipal, e também com candidatos do PSDB, do PFL, do PL. O PT precisava, obviamente, alimentar as campanhas de seus candidatos e de seus aliados, e para tanto montou esse vergonhoso processo de corrupção que, no último ano, contou com a conivência de desde a Presidência da República aos Parlamentares comprados nesta Casa, como também dos que agora, acobertados pelo voto secreto, estão absolvendo os Deputados corruptos. O que se pode esperar de um partido como o PT? O que esperar desse partido que era, antigamente, o defensor da classe trabalhadora deste País, mas que ao assumir o Governo passou a aplicar a mesma política econômica de Fernando Henrique Cardoso, ditada pela lógica neoliberal? E não copiou apenas a política econômica; copiou também a prática corrupta que houve no Governo FHC, quando Parlamentares foram comprados nesta Casa para votarem o projeto de reeleição do então Presidente.